



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA (23ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi;
secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto.

Aos seis dias do mês de agosto do ano dois mil e dezoito, realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi; secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto, a Vigésima Terceira (23ª) Sessão Ordinária do Segundo (2º) Ano da Décima Sétima (17ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada, nos termos da Relação da Matéria, datada de 02 de agosto de 2018. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores, pelo 1º Secretário, nos termos do disposto, no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Alexandre Cintra (01), André Albejante Mazon (02), Cinoê Duzo (03), Cristiano Gaioto (04), Geraldo Vicente Bertanha (05), Gérson Luiz Rossi Júnior (06), Jorge Setoguchi (07), Luís Roberto Tavares (08), Luiz Roberto de Souza Leite (09), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (10), Marcos Antonio Franco (11), Maria Helena Scudeler de Barros (12), Moacir Genuario (13), Orivaldo Aparecido Magalhães (14), Samuel Nogueira Cavalcante (15), Sônia Regina Rodrigues (16) e Tiago César Costa (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador Alexandre Cintra, para que procedesse a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário as atas da Oitava (08^a), Décima Sexta (16^a) e Décima Oitava (18^a) sessões ordinárias, realizadas, respectivamente, em 26 de março, 28 de maio e 11 de junho de 2018, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas, pelos Vereadores Jorge Setoguchi e Cristiano Gaioto, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência, o Presidente deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 64, de 2018, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado de Mensagem nº 39/2018, datada de 05/07/2018, objeto do Ofício nº 39/2018, de igual data, “dispondo sobre abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 163.169,56”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 65, de 2018, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado de Mensagem nº 40/2018, datada de 05/07/2018, objeto do Ofício nº 40/2018, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim a constituir, com outros municípios limítrofes, Consórcio Intermunicipal de Guardas Civis Municipais”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Balancete Contábil da Prefeitura de Mogi Mirim, “referente ao mês de maio de 2018”; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento); 4. Balancete da Receita e da Despesa da Câmara Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de junho de 2018”; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento). Ainda com os Ofícios nº 39 e 40/2018, o Sr. Prefeito Carlos Nelson Bueno solicitou fossem os Projetos de Lei nºs 64 e 65/2018 apreciados em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54 da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento Nº 352/2018 - Assunto: REITERO REQUERIMENTO NÚMERO 312/2017 AO PREFEITO MUNICIPAL CARLOS



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

NELSON BUENO, PARA QUE JUNTO À SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, PROVIDENCIE A LIMPEZA COMPLETA DO LAGO DE CIMA NO COMPLEXO LAVAPÉS. Autoria: CINOÊ DUZO. Requerimento Nº 353/2018 - Assunto: Requer audiência pública para o dia 29 de agosto de 2018, às 18h30, no Plenário da Câmara Municipal, para discussão sobre a prestação de serviços do transporte coletivo urbano, projeto do sistema integração dos ônibus e possível implantação de terminal de ônibus no Espaço Cidadão. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Requerimento Nº 354/2018 - Assunto: REQUEIRO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, INFORMAÇÕES REFERENTES A PROJETOS DE INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM RUA PARALELA À SP-340, EM FRENTE AS EMPRESAS RENOVIAS, TERRA VERDE JOHN DEERE, GS TANQUES E EMPRESA PRADO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Requerimento Nº 355/2018 - Assunto: REQUEIRO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM RUA PARALELA À SP-340, EM FRENTE A EMPRESA MORECAP RENOVADORA DE PNEUS. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Requerimento Nº 356/2018 - Assunto: Requer ao Prefeito Carlos Nelson Bueno, por intermédio da Secretaria competente, que nos encaminhe um relatório de todos os veículos (carros, ônibus, vans, caminhões, máquinas pesadas, etc.) que estão parados no pátio aguardando reparo, descrevendo o modelo do veículo, o ano de fabricação, o motivo pelo qual o mesmo está parado e qual o prazo para consertar esses veículos e também outra lista relacionando desde o começo do ano todos os veículos que foram consertados, quais eram os problemas e o que foi comprado de material para cada conserto. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA. Requerimento Nº 357/2018 - Assunto: Requer ao Prefeito Carlos Nelson Bueno, por intermédio da Secretaria competente, que nos encaminhe um relatório de todos os



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

servidores públicos que tiveram o cancelamento da periculosidade de seus vencimentos, relatando cargo exercido, registro do servidor, valor da periculosidade e o motivo pelo qual o mesmo foi cancelado. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA. Requerimento Nº 358/2018 - Assunto: Requeiro informações do Executivo sobre as tratativas indicadas em audiência pública realizada em 28 de junho de 2018, acerca da inibição das queimadas em nosso município. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento Nº 359/2018 - Assunto: Requer ao Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno, atual Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde, que encaminhe informações se os Municípios que compõe a Baixa Mogiana, estão devidamente inscritos na Febract – Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Requerimento Nº 360/2018 - Assunto: Requer ao Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno que encaminhe para a Secretaria competente para realizar estudos, juntamente com a ACIMM para revitalização da Praça da Bandeira, em conjunto, com comerciantes e empresários locais, “Ação em Vizinhos”. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Requerimento Nº 361/2018 - Assunto: Requer ao Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno que encaminhe para a Secretaria competente para realizar estudos, para colocar sinalização vertical e horizontal na Estrada Municipal dos Agricultores, a Rodovia dos Agricultores. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Requerimento Nº 362/2018 - Assunto: REQUEIRO AO PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, PARA QUE JUNTO À SECRETARIA COMPETENTE REALIZE ESTUDOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM TERMINAL DE ÔNIBUS URBANOS NA CIDADE. Autoria: CINOÊ DUZO. Requerimento Nº 363/2018 - Assunto: Requer informações do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno e da Secretaria competente, sobre cronograma das ações de segurança que serão implantadas em frente à Escola Sapequinha, conforme indicação nº 33/2017, visando implantação de sinalização de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

solo/faixa de pedestres. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 364/2018 - Assunto: Solicito ao Excelentíssimo Prefeito Carlos Nelson Bueno e Secretaria competente: informações sobre cronograma para implantação de temporizadores nos semáforos da cidade, atendendo indicação nº 653/2018. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 365/2018 - Assunto: Solicita ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno: informações sobre a viabilidade de atendimento da Minuta de Projeto de Lei, encaminhada através do requerimento nº 625/2017 o qual: “Cria o Fundo Municipal de Segurança Pública no âmbito do Município, e dá outras providências”. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 366/2018 - Assunto: A Frente Parlamentar de Defesa e Direitos dos Animais, instituída através do Decreto Legislativo nº 288 de 03 de outubro de 2017, vem REQUERER ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno: informações sobre o requerimento de nº 239/2018, bem como reiterar a viabilidade de doação de uma área de terreno, de propriedade do município à ONG Associação Vida. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 367/2018 - Assunto: Solicita ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, Carlos Nelson Bueno, a indicação de representantes do Programa Bem-Estar Animal, Secretaria de Meio Ambiente, Departamento de Fiscalização, Guarda Civil Municipal, Bombeiro, Veterinário da Secretaria de Agricultura, Conselho do Bem-Estar Animal, para participação na 4ª Reunião da Frente Parlamentar de Defesa e Direitos dos Animais – Decreto Legislativo 288/2017, a qual será realizada no dia 30 de agosto de 2018, às 17:30hs, no plenário desta Casa Legislativa. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 368/2018 - Assunto: Requer ao Prefeito Carlos Nelson Bueno que elabore **IMEDIATAMENTE** estudos para suspender o aumento da tarifa de ônibus e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

revogar o Decreto nº 7.741/2018, já que a norma não está sendo cumprida em sua íntegra e nos encaminhe justificativa. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação Nº 834/2018 - Assunto: INDICO AO EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CARLOS NELSON BUENO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA COMPETENTE, ESTUDOS PARA TORNAR A RUA ARGENTINA EM VIA DE MÃO ÚNICA DE DIREÇÃO ENTRE OS NÚMEROS 520 E 23, APROXIMADAMENTE, NO BAIRRO VILA UNIVERSITÁRIA. Autoria: MOACIR GENUARIO. Indicação Nº 835/2018 - Assunto: INDICO AO EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CARLOS NELSON BUENO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA COMPETENTE, ESTUDOS PARA TORNAR A RUA CHILE EM VIA DE MÃO ÚNICA DE DIREÇÃO. Autoria: MOACIR GENUARIO. Indicação Nº 836/2018 - Assunto: INDICO AO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO QUE PROVIDENCIE JUNTO A SECRETARIA COMPETENTE, A CONSTRUÇÃO DE CALÇADA NA AV PADRE JOSÉ JOAQUIM OLIVEIRA BRASEIRO- LINDA CHAIB, CONFORME ABAIXO-ASSINADO DA POPULAÇÃO. Autoria: LUIZ ROBERTO DE SOUZA LEITE. Indicação Nº 837/2018 - Assunto: INDICO AO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, JUNTO À SECRETARIA COMPETENTE TAPAR BURACO NA RUA CONDE DE PARNAÍBA - CENTRO. Autoria: LUIZ ROBERTO DE SOUZA LEITE. Indicação Nº 838/2018 - Assunto: INDICO AO EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA COMPETENTE, ESTUDO DE VIABILIDADE PARA IMPLANTAÇÃO DE FAIXA DE CARGA E DESCARGA NA RUA PADRE JOSÉ, EM FRENTE A DROGARIA DANIELLI. Autoria: MOACIR GENUARIO. Indicação Nº 839/2018 - Assunto: Indica-se ao



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal em conjunto com a Secretaria competente, providências para realizar poda de árvore Rua dos Expedicionários. Autoria: LUIZ ROBERTO DE SOUZA LEITE. Indicação Nº 840/2018 - Assunto: Indicação ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, Carlos Nelson Bueno, através das Secretarias competentes instalação de placa informativa de PARE e sinalização de solo, com urgência, na Rua Joaquim Andrade – Jd. Scomparim. Autoria: LUIZ ROBERTO DE SOUZA LEITE. Indicação Nº 841/2018 - Assunto: INDICO AO EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA COMPETENTE, ESTUDO DE VIABILIDADE PARA EFETUAR A DEDETIZAÇÃO EM TODOS OS BUEIROS DA NOSSA CIDADE. Autoria: MOACIR GENUARIO. Indicação Nº 842/2018 - Assunto: INDICO AO EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA COMPETENTE, PARA QUE EFETUE A PINTURA DAS FAIXAS DE PEDESTRES NA PRAÇA RUI BARBOSA. Autoria: MOACIR GENUARIO. Indicação Nº 843/2018 - Assunto: Solicita ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, junto a Secretária competente que faça a limpeza e roçagem da Praça Ibrantina Cardona, no Jardim Santa Helena. Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Indicação Nº 844/2018 - Assunto: Solicita ao Senhor Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, junto à Secretaria de Obras, para que seja feita a manutenção dos aparelhos ao ar livre da Praça da Criança, no Jardim Longatto. Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Indicação Nº 845/2018 - Assunto: Solicita ao Senhor Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, junto à Secretaria de Obras, para que seja feita a operação tapa buracos, na Rua Octaviano Filomeno no Jardim Flamboyant. Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Indicação Nº 846/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

VITÓRIO AFFONSO BENATTI, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM NOVA SANTA CRUZ. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 847/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA ARLEY PARRA, LOCALIZADA NO BAIRRO PARQUE DA IMPRENSA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 848/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA CAETANO MUNHOZ, LOCALIZADA NO BAIRRO PARQUE DA IMPRENSA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 849/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA ALBERTINO LEITE, LOCALIZADA NO BAIRRO PARQUE DA IMPRENSA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 850/2018 - Assunto: Indico ao excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal através de Secretaria Municipal competente a imediata limpeza da Praça Orlando Guarnieri, bairro Santa Cruz. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação Nº 851/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA ANA DA GAMA E SILVA, LOCALIZADA NO BAIRRO SANTA CRUZ. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 852/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA PADRE ROQUE. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 853/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA JOSÉ MAGRINI, LOCALIZADA NO BAIRRO SANTA CRUZ. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 854/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA PROFESSORA ZELÂNDIA ARAÚJO RIBEIRO, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM SANTA HELENA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 855/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA ANGELINO MARIOTONI, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM SANTA HELENA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 856/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA JULIO DE SOUZA, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM SANTA HELENA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 857/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, PODA DE ÁRVORES NA RUA ANTÔNIO BIGELLI, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM SILVÂNIA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 858/2018 - Assunto: Solicito ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria competente que, providencie lombada / redutor de velocidade na rua Jorge Tibiriçá em frente a Vital Fisio, no Centro de Mogi Mirim. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Indicação Nº 859/2018 - Assunto: Solicito ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria competente que, providencie lombada / redutor de velocidade na rua Jorge Tibiriçá, esquina com rua Firmino Whitaker no Centro de Mogi Mirim. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Indicação Nº 860/2018 - Assunto: Solicito ao



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria competente que, providencie Operação Tapa Buracos e/ou Recapeamento Asfáltico na Rua Capitão Everton Braga Corteletti, sentido Avenida Expedito Quartieri, no Bairro Sehac. Aatoria: ALEXANDRE CINTRA. Indicação Nº 861/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno por intermédio da Secretaria competente, para que seja feito estudo de melhorias da valeta localizada na Rua José Surur, números 121 e 127, Jardim Paulista. Aatoria: TIAGO CÉSAR COSTA. Indicação Nº 862/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno: estudos com urgência visando abertura de concurso público e contratação de mais médicos veterinários, objetivando ações e implantação de políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. Aatoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 863/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno: providências com urgência para contratação de médicos para ao menos recompor o quadro de efetivos do município. Aatoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 864/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno: estudos para abertura de concurso público objetivando a contratação de Psicólogos e Assistentes Sociais, ante a necessidade de intensificação das ações voltadas ao fortalecimento da Rede de Atendimento de crianças, adolescentes e suas famílias. Aatoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 865/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Prefeito Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria de Segurança Pública: providências para viabilizar um carro de uso exclusivo para o retorno e intensificação da ronda escolar nos horários de entrada e saída dos alunos nas escolas do município. Aatoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 866/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

REALIZADO MANUTENÇÃO E LIMPEZA NO BUEIRO LOCALIZADO NA RUA PANAMÁ, NA VILA DIAS. A autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 867/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno: estudos com urgência visando aquisição de um veículo adaptado para o Programa Bem-Estar Animal, tendo em vista a necessidade de ações permanentes e semanais de doação de animais, bem como averiguação de denúncias entre outras necessidades que se requer veículo próprio para o atendimento da demanda existente. A autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 868/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO MANUTENÇÃO NA RUA CORNÉLIO PIRES NO JARDIM FLAMBOYANT. A autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 869/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno: estudos e providências para instalação de câmeras de monitoramento nos arredores do Programa Bem-Estar Animal, bem como no canil e gatil. A autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 870/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno: providências com urgência em relação a faixa de carga e descarga na Rua Ulhôa Cintra, em frente ao nº 458, Centro. A autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 871/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria competente: manutenção e reforma dos brinquedos do parquinho localizados na Praça Ibrantina Cardona, Jardim Santa Helena, bem como implantação de novos brinquedos. A autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 872/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO RECUPERAÇÃO NO MEIO FIO DA RUA ANTONIO LONGATTO NA NOVA SANTA CRUZ. A autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. A seguir, o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção Nº 180/2018 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR BENEDITO APARECIDO TOZZINI, OCORRIDO NO DIA 10 DE JULHO DE 2018. Autoria: ANDRÉ ALBEJANTE MAZON. Moção Nº 181/2018 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR JOÃO MOREIRA DE OLIVEIRA, OCORRIDO EM 13 DE JULHO DE 2018 EM MOGI MIRIM. Autoria: CINOÊ DUZO. Moção Nº 182/2018 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS AOS GRUPOS BIKE MARTIM SEM LIMITE E PEDAL + AMIGOS = SOLIDARIEDADE, ORGANIZADORES DO PRIMEIRO DOMINGO SOLIDÁRIO EM PROL DA SANTA CASA DE MOGI MIRIM, QUE ACONTECEU NO DIA 22 DE JULHO NO DISTRITO DE MARTIM FRANCISCO Autoria: CINOÊ DUZO. Moção Nº 183/2018 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS PELO 6º ANIVERSÁRIO DA IGREJA EVANGÉLICA SHEKINAH, PARABENIZANDO TODOS OS MEMBROS DESTA RENOMADA IGREJA, NA PESSOA DE SEU PASTOR PRESIDENTE DJALMA LUCIO CAMPOMIZZO. Autoria: MOACIR GENUARIO. Moção Nº 184/2018 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR, COM UM MINUTO DE SILÊNCIO, PELO FALECIMENTO DO SENHOR RAYMUNDO MACHADO DIAS, OCORRIDO NO DIA 21 DE JULHO DE 2018. Autoria: MOACIR GENUARIO. Moção Nº 185/2018 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA YOLANDA PISSINATTI GUARDIA, OCORRIDO DIA 28 DE JUNHO DE 2018. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Moção Nº 187/2018 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR JOSE ANTONIO GRANZIERA, OCORRIDO DIA 02 DE JULHO DE 2018. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Moção Nº 188/2018 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

SENHORA MARIA CAROLINA TRUZZI ALBANI LOVO, OCORRIDO DIA 16 DE JULHO DE 2018. Aatoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS, ALEXANDRE CINTRA, GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Moção N° 189/2018 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA MARIA ANTONIA MANARA BITTAR, OCORRIDO DIA 22 DE JULHO DE 2018. Aatoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Moção N° 190/2018 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA NANCY ALVES DA SILVA, OCORRIDO DIA 31 DE JULHO DE 2018. Aatoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Moção N° 191/2018 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR, COM UM MINUTO DE SILÊNCIO PELO FALECIMENTO DO SERVIDOR MUNICIPAL, O SENHOR OSVALDO GARCIA, OCORRIDO NO DIA 06 DE JULHO DE 2018. Aatoria: ALEXANDRE CINTRA. Moção N° 192/2018 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR, COM UM MINUTO DE SILÊNCIO PELO FALECIMENTO DO SENHOR JOSÉ AFONSO COTRIN, OCORRIDO NO DIA 24 DE JULHO DE 2018. Aatoria: ALEXANDRE CINTRA. Moção N° 193/2018 - Assunto: Moção de pesar, com um minuto de silêncio, pelo falecimento do senhor Benedito Geraldo Aio, ocorrido no dia 01 de agosto de 2018. Aatoria: TIAGO CÉSAR COSTA. Moção N° 194/2018 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS à Secretaria de Agricultura pelo evento em comemoração ao Dia do Agricultor em 28 de julho de 2018. Aatoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios n.ºs. 857, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 969, 970, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 978, 979, 980, 081, 982, 983, 984, 985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997, 998, 999, 1000, 1001, 1002, 1003, 1004, 1005, 1006, 1007, 1008, 1009, 1010, 1011, 1012, 1013, 1014, 1015, 1016, 1017, 1018, 1019, 1020, 1021, 1022, 1023, 1024, 1025, 1026, 1027, 1028, 1029, 1030, 1031, 1032, 1033, 1034, 1035, 1037, 1038, 1039, 1040, 1041, 1042, 1043, 1044, 1045, 1046, 1047, 1048, 1049, 1050, 1051, 1052, 1053, 1054, 1055, 1056, 1057, 1058, 1059, 1060, 1061, 10862, 1063, 1064, 1065, 1066, 1067, 1068, 1069, 1070, 1071, 1072, 1073, 1074, 1075,k 1076, 1077, 1078, 1079, datados de 02, 03, 04, 05, 06, 10, 11, 12, 16, 17, 18, 24, 27, 30, 31 de julho e 01, 02 de agosto de 2018, todos subscritos pelo Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal, José Augusto Francisco Urbini, respectivamente, respondendo as seguintes proposituras: Requerimento nº 310/2018; Requerimento nº 233/2018; Indicação nº 733/2018; Indicação nº 522/2018; Indicação nº 523/2018; Indicação nº 1146/2017; Indicação nº 1163/2017; Requerimento nº 573/2017; Indicação nº 1278/2017; Requerimento nº 572/2017; Indicação nº 1430/2017; Indicação nº 1505/2017; Indicação nº 1539/2017; Indicação nº 1142/2017; Indicação nº 1258/2017; Indicação nº 1488/2017; Indicação nº 650/2018; Indicação nº 757/2018; Indicação nº 203/2018; Indicação nº 301/2018; Indicação nº 409/2018; Indicação nº 451/2018; Indicação nº 512/2018; Indicação nº 391/2018; Indicação nº 396/2018; Indicação nº 398/2018; Indicação nº 459/2018; Requerimento nº 280/2018; Requerimento nº 283/2018; Requerimento nº 284/2018; Requerimento nº 285/2018; Requerimento nº 260/2018; Indicação nº 242/2018; Indicação nº 771/2018; Requerimento nº 512/2018; Indicação nº 739/2018; Indicação nº 965/2018; Indicação nº 1104/2018; Indicação nº 1137/2018; Indicação nº 1185/2018; Indicação nº 1206/2018; Indicação nº 1219/2018; Indicação nº 1220/2018; Indicação nº 1225/2018; Indicação nº 1226/2018; Indicação nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

1228/2018; Indicação nº 1229/2018; Indicação nº 1234/2018; Indicação nº 1235/2018; Indicação nº 1238/2018; Indicação nº 1241/2018; Indicação nº 1250/2018; Indicação nº 1251/2018; Indicação nº 1310/2018; Indicação nº 1311/2018; Indicação nº 1313/2018; Indicação nº 1314/2018; Indicação nº 1425/2018; Indicação nº 1471/2017; Requerimento nº 181/2018; Requerimento nº 761/2018; Indicação nº 798/2018; Indicação nº 763/2018; Requerimento nº 322/2018; Requerimento nº 250/2018; Indicação nº 1373/2017; Indicação nº 1328/2017; Requerimento nº 613/2017; Requerimento nº 623/2017; Indicação nº 1382/2017; Indicação nº 1383/2017; Indicação nº 1443/2017; Indicação nº 1446/2017; Indicação nº 1467/2017; Indicação nº 1499/2017; Indicação nº 335/2018; Requerimento nº 309/2018; Indicação nº 217/2018; Indicação nº 352/2018; Indicação nº 365/2018; Indicação nº 668/2018; Indicação nº 669/2018; Indicação nº 308/2018; Indicação nº 294/2018; Indicação nº 818/2018; Indicação nº 154/2018; Indicação nº 010/2018; Indicação nº 120/2018; Indicação nº 483/2018; Indicação nº 674/2018; Indicação nº 790/2018; Indicação nº 1504/2017; Indicação nº 1554/2017; Indicação nº 1500/2017; Indicação nº 1627/2017; Requerimento nº 459/2017; Requerimento nº 316/2018; Indicação nº 055/2018; Indicação nº 162/2018; Indicação nº 163/2018; Indicação nº 164/2018; Indicação nº 244/2018; Indicação nº 768/2018; Requerimento nº 313/2018; Indicação nº 1613/2017; Indicação nº 293/2017; Indicação nº 158/2018; Indicação nº 013/2018; Indicação nº 205/2018; Indicação nº 245/2018; Indicação nº 311/2018; Indicação nº 378/2018; Indicação nº 430/2018; Indicação nº 431/2018; Indicação nº 511/2018; Indicação nº 513/2018; Indicação nº 534/2018; Indicação nº 537/2018; Indicação nº 628/2018; Indicação nº 497/2018; Indicação nº 434/2018; Indicação nº 499/2018; Indicação nº 023/2018; Indicação nº 530/2018; Requerimento nº 339/2018; Indicação nº 637/2018; Requerimento nº 323/2018; Requerimento nº 334/2018; Requerimento nº 347/2018; Indicação nº 1332/2017; Indicação nº 1224/2017; Indicação nº 1452/2017; Indicação nº 1643/2017; Indicação nº 1348/2017;



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Indicação nº 1349/2017; Requerimento nº 178/2018; Requerimento nº 211/2018; Indicação nº 110/2018; Indicação nº 111/2018; Indicação nº 148/2018; Indicação nº 194/2018; Indicação nº 196/2018; Indicação nº 197/2018; Indicação nº 198/2018; Indicação nº 346/2018; Indicação nº 473/2018; Indicação nº 474/2018; Indicação nº 475/2018; Indicação nº 477/2018; Indicação nº 552/2018; Indicação nº 649/2018; Requerimento nº 252/2018; Requerimento nº 266/2018; Indicação nº 1651/2017; Indicação nº 152/2017; Indicação nº 153/2017; Indicação nº 1112/2017; Requerimento nº 338/2018; Indicação nº 189/2018; Indicação nº 809/2018; Requerimento nº 341/2018; Indicação nº 149/2018; Indicação nº 195/2018; Indicação nº 303/2018; Indicação nº 357/2018; Indicação nº 663/2018; Indicação nº 731/2018; Indicação nº 827/2018; Indicação nº 832/2018; Indicação nº 833/2018; Requerimento nº 327/2018; Requerimento nº 346/2018; Indicação nº 706/2018; Indicação nº 711/2018; Requerimento nº 210/2018; Requerimento nº 032/2018; Indicação nº 569/2018; Indicação nº 773/2018; Requerimento nº 324/2018; Requerimento nº 253/2018; Indicação nº 163/2018; Indicação nº 860/2017; Indicação nº 1010/2017; Indicação nº 981/2017; Indicação nº 1115/2017; Indicação nº 1221/2017; Indicação nº 1453/2017; Requerimento nº 342/2018; Indicação nº 1017/2017; Indicação nº 1162/2017; Requerimento nº 303/2018; Indicação nº 1198/2017; Indicação nº 646/2018; Indicação nº 004/2018; Indicação nº 005/2018; Indicação nº 112/2018; Indicação nº 150/2018; Indicação nº 151/2018; Indicação nº 239/2018; Indicação nº 478/2018; Indicação nº 038/2018; Indicação nº 165/2018; Indicação nº 305/2018; Indicação nº 360/2018; Requerimento nº 296/2018; Requerimento nº 311/2018; Indicação nº 825/2018; Indicação nº 826/2018; Indicação nº 823/2018; Indicação nº 764/2018; Indicação nº 765/2018; Indicação nº 767/2018; Indicação nº 796/2018; Indicação nº 784/2018; Indicação nº 795/2018; Indicação nº 797/2018; Indicação nº 805/2018; Indicação nº 829/2018; Indicação nº 707/2018; Indicação nº 687/2018, desta Edilidade; (arquite-se, após dar ciência aos Senhores



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereadores interessados); Carta, datada de 03 de julho de 2018, subscrita pela família Almeida Trigo, “agradecendo moção de pesar pelo falecimento da matriarca, Dona Neli Trigo”; (arquite-se, após dar ciência à Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros); Ofício, datado de 05 de julho de 2018, subscrito pelo Secretário Geral da Mesa do Senado Federal, Senador Luiz Fernando Bandeira de Mello, “acusando recebimento e respondendo ao Ofício nº 243/2018, desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência ao Vereador Manoel Palomino). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra, no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. O primeiro a fazer uso da palavra foi o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior. Ele trouxe a discussão nacional sobre audiências públicas, que tinham sido convocadas, pelas Ministras Rosa Weber e Carmem Lúcia, acerca da descriminação do aborto, no Supremo Tribunal Federal – STF. Explicou, que o PSOL tinha ingressado com uma arguição de descumprimento de preceito fundamental, questionando dois artigos do Código Penal, os quais abordavam a criminalização do aborto. Aclarou, que as audiências públicas eram preparatórias, por ser assunto delicado, e tinham sido convocadas, para os debates, as duas alas, contrária e favorável à descriminação, e o julgamento ainda não tinha data certa, para acontecer, todavia, havia a possibilidade de o STF retirar os artigos do Código, e o aborto deixaria de ser crime; que tais discussões rodeavam o mundo; que ele, como vereador, não desejaria transformar assunto tão delicado, em debate, pró, ou contra, não seria prudente, haja vista as convicções religiosas, os movimentos feministas etc., seria uma “saia justa”, em plenário, todavia, como pessoa física e representante do povo, ele iria elaborar uma carta-manifesto, a ser encaminhada à relatora Ministra Rosa Weber, colocando o seu posicionamento pessoal, enquanto político e vereador, representante de pessoas, e, aos que desejassem, estes



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

poderiam assinar a missiva particular, conjuntamente, e, quem sabe assim, envolver outras lideranças, que o assunto era delicado, envolvia muitas questões, era discussão calorosa, e que, ele gostaria de exteriorizar seu pensamento ao STF, nesse momento de discussões. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi, solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra, ao Vereador Jorge Setoguchi. Ele registrou que, no sábado, dia 28 julho, tinha sido publicado edital, sobre a execução das obras de reforma e adequação do antigo gabinete do prefeito municipal e das dependências da Câmara de Mogi Mirim, que a Tomada de Preços seria realizada no dia 30 de agosto, pelo menor preço, e que, se tudo ocorresse, sem impugnações, no dia 30, seriam abertos os envelopes e a reforma continuaria, em andamento. Novamente, na direção dos trabalhos, o Presidente Jorge Setoguchi facultou o uso da palavra ao Vereador Luís Roberto Tavares. Ele falou, que estava com saudades das atividades, em plenário, e, ato contínuo, abordou o assunto do transporte público, que estava apresentando problemas, na transição, para a integração, casos, tais como, o de certo passageiro, que tinha pago a passagem e precisava voltar, até às 17 horas, para receber o que já tinha pago, ou, caso contrário, teria que pagar, novamente, e registrou que a transição tinha sido a maior “muvuca”, em Mogi Mirim, uma vergonha e falta de respeito, para com a população, e que, na próxima sessão, ele faria uma indicação, procurando solução para as quatro novas linhas de ônibus. Depois, destacou que outra falta de respeito, para com a população, era a Contribuição para Iluminação – CIP, que ninguém “tinha engolido” os valores da CIP, sempre elevados, superfaturados, muito lucro, aos cofres, sem retorno. Na sequência, abordando a temática trazida, em tribuna, pelo Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior, afirmou que ele era “cem por cento contrário”, ao aborto, e “cem por cento à favor da vida”, pois era “bom católico”, pai e avô, logo, em primeiro lugar, vinha a vida e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

uma criança, ainda em geração, não tinha culpa de nada e era um ser humano, um ser humano, ainda em formação, mas um ser. Por fim, colocou que apresentaria indicação, na semana próxima, solicitando à Prefeitura e à empresa, que tinha executado obras de esgoto, nos loteamentos Boa Vista e Franciscano, que resolvessem o problema das ruas, onde tinha sido passada a tubulação do esgoto e da água, porque as ruas estavam ótimas e, depois de feito o serviço, a terra não tinha sido compactada, as chuvas tinham chegado e a terra estava descendo, pelas vias, logo, uma providência deveria ser tomada. O próximo orador foi o Vereador Marcos Antônio Franco. Ele pediu, encarecidamente, ao prefeito, pelos funcionários públicos, os quais tinham perdido o adicional de insalubridade. Ele explicou, que a administração tinha contratado uma empresa, para fazer uma avaliação sobre a insalubridade, mas esta tinha feito um “estudo meia boca”, porque não tinha comparecido, no laboratório, onde os funcionários trabalhavam, ou na Vigilância Sanitária, ou averiguado os fonoaudiólogos, até mesmo os atendentes de telefone, haja vista que estes trabalhavam numa pequena sala e, quando o médico “queimava uma verruga”, num paciente, tais funcionários eram obrigados a inalar cheiro de carne humana, bem como, as serventes, as quais limpavam banheiros, utilizados por pacientes, com AIDS, por exemplo, portanto, havia o risco de contaminação; que a prefeitura tinha contratado a empresa, com o objetivo de tirar o último benefício que restava ao funcionário público, classe que nem tivera um aumento salarial real; que o adicional era concedido aos trabalhadores, que eram expostos aos agentes nocivos; que o Vereador Cristiano e ele tinham se reunido, com funcionários, e estavam todos eles tristes; que havia funcionário, o qual tinha recebido o adicional, por vinte sete anos, outros, por doze anos, e outros, por quinze anos, e todos tinham perdido o benefício; que ele esperava o prefeito estudasse a situação e entendesse, que retirar o adicional não tinha sido legal, ele seria cobrado, posteriormente, na Justiça, e a empresa deveria ser atuada, porque tinha procedido, com



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

falhas; que o Vereador Cristiano e ele tinham se reunido, com o prefeito, e rogado a ele, pelo adicional dos motoristas, todavia, naquele momento, desconheciam que outros funcionários, de outros setores, também tivessem perdido o benefício, que os motoristas da saúde não tinham auxílio de técnicos de enfermagem, ou maqueiros, e, muitas vezes, eles necessitavam carregar os pacientes, sob risco de contaminação, e que, ele esperava o prefeito pensasse, com carinho, acerca dos funcionários públicos, pois, se o prefeito desejava cortar gastos, cortasse, então, o gasto com as empresas terceirizadas. A próxima oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Relatou, que, na manhã do dia 3 de agosto, ela tinha participado de uma reunião, no gabinete do Prefeito, ao lado dos secretários; que, na reunião, o prefeito havia colocado, como prioridade, a realização das cirurgias eletivas; que o prefeito noticiara a importância de cento e sessenta mil reais, um novo crédito, o qual tinha sido avaliado, pela Secretária Rose, ela descobrira cirurgias pagas e não realizadas e, através do Ministério Público, o município tinha reavido o valor das cirurgias; que o crédito de cento e sessenta mil não era de conhecimento do prefeito e foi avaliado, pela então secretária Rose, que cento e sessenta cirurgias deveriam ser refeitas; que o prefeito havia informado, na reunião, que o credenciamento estava sendo feito, junto a médicos, não junto a hospitais, haja vista a dificuldade tamanha, em encontrar hospitais, portanto, os médicos seriam credenciados e eles resolveriam, onde realizar as cirurgias; que o prefeito tinha ainda, reafirmado o compromisso, com o transporte intermunicipal de pacientes; que vários hospitais da região já tinham sido contatados, inclusive, a Santa Casa de Mogi Mirim, a qual poderia ser credenciada, caso tivesse disposição a fazer as cirurgias; que o prefeito havia reafirmado o compromisso de ampliação da Unida de Pronto Atendimento - UPA, havia disposição de investir um milhão e meio de reais, na ampliação da UPA, que a saúde era prioridade, na administração municipal, e que, ela torcia para que, rapidamente, as cirurgias fossem executadas,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

porque o tempo urgia e o paciente acabava se debilitando. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Moacir Genuario, que, primeiramente, falou da alegria de retornar ao trabalho, depois do recesso, e, na sequência, também comentou sobre a descriminalização do aborto, assunto, em trâmite, no STF. Afirmou que era contrário à prática do aborto, que iria assinar a missiva, proposta pelo Vereador Gérson Rossi, e que, a criança, no ventre da mãe, para ele, já era ser vivente, logo, ninguém deveria lhe tirar a vida. Depois, repudiou a candidatura do ex-presidente Lula, à presidência do país, porque ele era um presidiário, ladrão julgado e, mesmo assim, desejava ser presidente e participar dos debates, enfrentando tudo e todos, todavia, deveria continuar preso, submetido às mesmas regalias dos demais encarcerados, ao invés de receber visitas, na hora que desejasse; que estava lhe dando nojo, ouvir, nos meios de comunicação, os discursos petistas, que ninguém mais tinha estômago, para aguentar Lula, no Brasil, e perguntou, se somente Lula tinha direitos, e que, Lula deveria continuar “enquadrado”, até que devolvesse o que tinha roubado do povo brasileiro. Por fim, falou que a bancada do MDB tinha recebido um telefonema, da bancada federal, em Brasília, a qual tinha inquerido aos vereadores do MDB de Mogi Mirim, sobre uma verba, que fora encaminhada, para Mogi Mirim. Explicou, que tinham sido cobrados, pelos deputados de Brasília, acercado paradeiro da verba, pois a prefeitura de Mogi Mirim nada tinha comunicado, nem à bancada municipal, sequer à bancada, em Brasília, e o Vereador Moacir ficava triste, então, com o descaso, pois os vereadores do MDB tinham ido para Brasília, tinham lutado ela verba, a verba fora repassada a Mogi Mirim e não se tinha notícia alguma, nenhuma divulgação sobre o assunto; que a verba tinha sido intermediada, pelos deputados Baleia Rossi e Jorge Caruso, e ele tinha buscado informações, na prefeitura, logo, seriam cinquenta e dois mil, setecentos e noventa reais à UBS Santa Clara; trinta e um mil, trezentos e vinte reais à UBS Aterrado, quinze mil, oitocentos e sessenta reais à UBS Martim Francisco, num total, de noventa e nove mil,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

novecentos e oitenta reais, e ainda tinha sido comprado um veículo; que os vereadores tinham lutado muito, pelas verbas, mas, quando elas chegaram, eles não tinham sido comunicados; que este já era o quinto recurso, oriundo de Brasília, pelo MDB, e não se via qualquer divulgação, na cidade, e o vereador esperava, então, que o Poder Executivo levasse em consideração o trabalho da bancada do MDB, que a falta de divulgação, ou informações, tinha sido uma deselegância, por parte do Executivo, e que, a bancada do MDB não desejava promoção pessoal, mas ciência das aplicações das verbas conseguidas. O próximo orador foi o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. Ele iniciou, afirmando que nunca tinha passado, nem por perto, do Palácio de Cristal; que mal esperava o momento de voltar, ao antigo prédio, fazer economia aos cofres e, assim, frequentar o próprio gabinete, que ele esperava ninguém impugnasse o processo de escolha da empresa, a qual empreenderia a obra, acreditava ele, que o processo tinha sido muito bem feito e elaborado, sem arestas, via com bons olhos, o andamento das coisas, e que, o presidente, depois de rescindido o contrato, encerraria seu ciclo, na presidência, “com chave de ouro”. Na sequência, abordou o assunto dos agrotóxicos, explicando que, na Câmara Federal, tramitava projeto, tentando mudar o nome do produto agrotóxico, para pesticida; que muitas pessoas, crianças, principalmente, estavam com rejeição à lactose, em função da soja e do trigo alterados, pelas mudanças transgênicas, as quais eram submetidos os alimentos, e, até os animais estavam sentindo a reação, que o projeto, na câmara federal, não era de ciência da população, muita gente não sabia o quanto isso iria prejudicar o povo brasileiro, todavia, os grandes agricultores, latifundiários, produziam, em grande escala, e só se preocupavam, com o dinheiro, tinham influência, nas bancadas da Câmara Federal, criando uma sociedade de cancerosos, diabéticos, portadores de inúmeras doenças, oriundas do tipo de alimentação do ser humano, pouco se preocupavam com saúde humana, e que, o resultado disso tudo seria a falta de saúde, bem como, gastos,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

com saúde. Como a próxima oradora, Vereadora Sônia Regina Rodrigues, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Tiago César Costa. Ele versou sobre o transporte público, em Mogi Mirim, e a transição para a integração, infelizmente, um assunto, que era motivo de “chacota”, nas ruas e nas reportagens das televisões regionais. Registrou que, durante o processo, o Poder Público tinha jogado a culpa, dos erros, na empresa Fênix, e a empresa jogava a responsabilidade sobre a prefeitura, mas ninguém assumira o caos da mudança, no transporte municipal; que ele comparecera, na audiência pública, acerca do transporte, quando tinha sido dito, que o prefeito não assinaria o decreto, do aumento da passagem, de R\$ 3,50, para R\$ 4,20, enquanto a empresa não fizesse a transição, para a integração; que isto tinha sido colocado, como condição; que, para não deixar de fazer justiça aos usuários, aos contrários e aos assinantes de abaixo-assinados, contra o aumento abusivo da tarifa do transporte pública, contra a integração abusiva, a qual tinha prejudicado apenas o usuário do transporte, ele apresentara requerimento, porque, se a integração tinha sido um fiasco, assim também, o decreto precisaria ser suspenso, retirado do mundo jurídico, haja vista que, na audiência, o prefeito havia condicionado o decreto à integração; que o artigo de lei do decreto não tinha sido cumprido, nada mais justo, portanto, que sua suspensão e a tarifa retornar ao valor anterior, R\$ 3,50, que o abaixo-assinado, contra à integração e contra o aumento da tarifa, continha mais de seiscentas assinaturas colhidas, e ele daria encaminhamento do desejo da população, ao prefeito e à empresa, juntamente, com o requerimento, e que, ele esperava por providências, para que a população de Mogi Mirim não fosse prejudicada ainda mais. Falou ainda, sobre vídeo, postado, nas redes sociais, pela administração municipal, protagonizado pelo Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno, onde ele agradecia a ajuda dos vereadores do MDB e do deputado Baleia Rossi, pelo empenho, para que a prometida verba, de vinte milhões de reais, oriunda do Ministério das Cidades, chegasse até Mogi Mirim, para



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

benefícios, no Parque das Laranjeiras e no Murayama I. Afirmou, finalizando, que o MDB não fazia política “do quanto pior, melhor”, mas fazia “política limpa”, contribuindo para o bem da política de Mogi Mirim, ajudando o povo, e agradeceu ao prefeito, as palavras elogiosas, gravadas, no vídeo. O próximo orador foi o Vereador André Albejante Mazon. Ele iniciou, anunciando que estivera, em Brasília, acompanhando o empenho de verba de duzentos mil reais, intermediada, junto ao Deputado Federal Nelson Marquizzelli. Comunicou, que a verba estava disponível, em Brasília, aguardando trâmite, para que fosse empenhada, diretamente, à Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, e que, outro motivo, de sua viagem à Brasília, fora acompanhar emenda, do Deputado Sérgio Reis, valor de cento e cinquenta mil reais, destinada à Associação Espírita Jesus e Caridade – Abrigo Juca Andrade. Informou, que ambas as verbas perfaziam total de trezentos e cinquenta mil reais. Depois, versou sobre o adicional de insalubridade, que tinha sido retirado de algumas categorias, na administração, exemplificou o caso das serventes, as quais tinham perdido a insalubridade, e parabenizou o Vereador Tiago, que havia ingressado, com requerimento, solicitando saber a quantidade de funcionários prejudicados e o valor que era gasto, para pagamento do adicional. Salientou, que, pelo Vereador Marcos, a Casa tinha tomado conhecimento de que existiam outras categorias prejudicadas, tais como, laboratório, fonoaudiologia e Vigilância Sanitária, que cortar insalubridade de funcionários da Vigilância Sanitária não tinha lógica alguma e que, a questão era, justamente, o prefeito ter cortado o pouco dos funcionários e aumentado o salário do secretariado, logo, a prioridade do prefeito era “os que ganhavam bem”. A seguir, citou o Requerimento nº 337/2018, aprovado, na última sessão, perguntando onde estavam sendo realizados e qual o número de atendimentos do dentista do SESMET - Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, da Prefeitura de Mogi Mirim, porque tinha recebido denúncia, de que o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

profissional não estava trabalhando, desde que o SESMET tinha mudado de local; que o profissional dentista recebia salário alto, para ficar, em casa, sem trabalhar, “porque a cadeira do dentista não tinha sido instalada, no novo local”; que ele se lembrava de caso anterior, que ele também denunciara, da veterinária, do BEA, que tinha ficado, por quase um ano, sem trabalhar, por falta de luvas, materiais e estrutura, logo, “ficava sentada, sem trabalhar, recebendo salário de seis mil reais/mês”, que o prefeito permitia, que seus funcionários, que recebiam altos salários, ficassem, em casa, sem trabalhar, todavia, às serventes, que recebiam mil reais/mês, o prefeito mandava cortar a insalubridade, e que, o prefeito tinha, como prioridade de governo, favorecer a elite, enquanto o povo pagava a conta. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo. Ele parabenizou aos pais, pelo Dia dos Pais, a ser comemorado, no próximo domingo. Mencionou, na sequência, um acordo de cavalheiros, empenhado, na última sessão, antes do recesso, sobre moções de pesar, para que fossem colhidas assinaturas de todos os edis, e pediu seu cumprimento. Destacou a discriminação do aborto, sublinhou que era totalmente contra tirar a vida, pois somente quem a tinha concedido, Deus, detinha o direito. Depois, disse que, na esfera municipal, sempre defendera e continuaria defendendo a instalação de um terminal de ônibus urbano, na cidade, no Espaço Cidadão, local que encerrava todas as condições, e que, esta proposta tinha sido corroborada durante a pífia tentativa de instalação da integração dos ônibus, quando tinha sido demonstrada falta de experiência total. Colocou, que os secretários e o prefeito ganhavam bem e, somando seus salários, “estava muito bem pago”. Declarou que uma tarifa de R\$ 4,20, para Mogi Mirim, era muito, afinal, Mogi Mirim era uma cidade de dimensões geográficas compactas, e perguntou, por que os bairros de Martim Francisco, Jardim Planalto, Residencial Floresta, Santa Úrsula, Mato Dentro e Pirapitingui continuavam “no erro da integração”. Comentou ainda, sobre a Santa Casa de Mogi Mirim, que continuava, “na UTI, em estado terminal” e frisou que, no seu entender, todas as



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

cirurgias eletivas tinham que ser realizadas, na Santa Casa, e não, em outras cidades regionais. Deixou, por fim, um alerta aos vereadores e destacou, que o MDB, do Presidente Michel Temer, desejava acabar com a educação, no país, definitivamente, pois estava alterando a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e isto, iria causar desemprego fenomenal, dos professores, então, Michel Temer buscava piorar a situação, que já era delicadíssima, que o assunto deveria ser melhor debatido, nas esferas federais, e que, Temer iria colocar a “tampa no caixão da educação brasileira”, portanto, ele dava a “dica” aos vereadores da bancada do MDB, que encabeçassem uma moção de repúdio à BNCC. O próximo orador foi o Vereador Cristiano Gaioto. Ele colocou o seu prazer, em retornar às sessões, e salientou, que tinha trabalhado muito, durante o recesso todo. Ele trouxe a notícia, de que o Secretário Municipal de Finanças, Roberto Oliveira, tinha pedido demissão e lamentou sua saída, dos quadros da administração. Na sequência, abordou a questão da insalubridade, benefício que tinha sido retirado de determinados funcionários da prefeitura, e explicou, que, há alguns dias, o Vereador Marcos e ele tinham sido procurados, pelos motoristas, os primeiros a terem o benefício retirado; que tinham feito reunião, com os motoristas, e, depois, tinham procurado o Prefeito Municipal, levando todos os questionamentos e reivindicações, dos motoristas, inclusive, a questão da insalubridade, e, naquele mesmo momento, o prefeito tinha convocado os secretários de Administração e Jurídico, Ramon e Dra. Adriana; que, novamente, tinham sido explicados todos os problemas, os quais poderiam vir a ocorrer, diante do corte da insalubridade dos motoristas, funcionários que não atuavam apenas, como motoristas, mas também, como maqueiros; que, sem a intervenção dos vereadores, a situação ficando como estava, os motoristas poderiam ter se rebelado, não mais se dispondo a carregar pacientes, o que viria a ser um caos, e ninguém queria o caos; que a insalubridade de mais de trinta motoristas, da Secretaria de Saúde, tinha sido reavaliada e o benefício tinha retornado



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ao salário, mas, dias depois, quando o pagamento da prefeitura tinha sido creditado, verificara-se, que existiam outros funcionários, na mesma situação; que os vereadores tinham ido até a Secretaria de saúde para conversar, com os demais funcionários; que ele sabia da obrigatoriedade da revisão do adicional de insalubridade, por parte de uma empresa contratada, que remetia relatório, era usual e regra, inclusive, o adicional tinha sido acrescido a doze funcionários, os quais, anteriormente, não eram beneficiados, todavia, aos funcionários visitados, tinha sido verificado, in loco, a necessidade do adicional, pessoas que tinham direito à insalubridade e citou nomes, que, mais uma vez, os vereadores tinham se reunido e conversado, com o prefeito, e iriam pedir, formalmente, na semana, em curso, “sinal verde”, para que o técnico da empresa fizesse a revisão do rol de funcionários, objetivando justiça, lutavam pelo direito, benefício mais que merecido, pois a grande massa de funcionários visitados tinha o direito, e que, ele admirava o trabalho do Vereador Marcos Antônio Franco, que era amado pelos funcionários, e, por onde passava, era recebido, com carinho, pois fazia um trabalho grandioso. O último inscrito, Vereador Geraldo Vicente Bertanha, desistiu da palavra. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h02, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: 1.** Projeto de Lei nº 24, de 2018, de autoria do Vereador Moacir Genuario, “dispondo sobre divulgação, através de site, na internet, das listas de espera de consultas comuns, ou especializadas, exames, cirurgias e quaisquer outros procedimentos, ou ações de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

saúde, agendadas pelos cidadãos, junto ao município”. Fez uso da palavra o autor, Vereador Moacir Genuario. Ele pediu o apoio dos pares à proposta, pois o projeto era de suma importância à área da saúde, traria transparência à população, disseminaria dúvidas, quanto à lista de espera, e aplacaria a ansiedade dos usuários; (posto a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Segundo Turno, o Projeto de Lei nº 24/2018, do Vereador Moacir Genuario); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **2.** Projeto de Lei nº 52, de 2018, de autoria das Vereadora Sonia Regina Rodrigues, “dispondo sobre a inclusão do Dia do Passeio Turístico da Revolução de 1.932, no Calendário Oficial do Município de Mogi Mirim, e dando outras providências”; (submetido a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Segundo Turno, o Projeto de Lei nº 52/2018, da Vereadora Sônia Regina Rodrigues); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Fez uso da palavra o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior. Ele comentou sobre a questão do corte do adicional de insalubridade do funcionalismo público, cujos representantes tinham procurado os vereadores, diante da redução, no salário, e registrou, que o Secretário Ramon havia lhe explicado sobre o corte do adicional de insalubridade; que existia um laudo antigo, do ano de 2012, estava vencido e era necessário atualizá-lo; que tinha sido feito novo laudo, atualizado, a fim de se verificar, se a pessoa estava trabalhando, de fato, num ambiente insalubre; que o problema tinha sido a apresentação do laudo e o imediato desconto, em Folha, sem uma prévia notificação, para que o funcionário pudesse questionar o laudo, como tinha sido o caso dos motoristas, para os quais fora reconhecido o direito; que o atropelo das coisas tinha trazido problemas à própria administração, dever-se-ia fazer, como tinha sido feito, com o caso dos biênios e quinquênios, emitindo notificação, aos que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

possuíam erros, nos cálculos; que o Secretário Ramon havia dito, que todos os prejudicados deveriam protocolar requerimento, junto ao RH; que dever-se-ia ter feito notificação aos funcionários, antes de ter pagado à empresa, concedendo assim, direito ao funcionário de questionar, pois empresas e técnicos cometiam erros também, algo normal, numa análise, mas, isto não tinha sido feito e, agora, “iriam correr atrás”, corrigir casos equivocados, fazer reconsideração, que o Secretário Ramon iria tentar corrigir, pedir à empresa, para refazer aos laudos, os funcionários estavam trazendo, por escrito, o trabalho de cada um, a função, e que, quanto à periculosidade dos GCMs, tratava-se da mesma coisa e era inconcebível, atualmente, no Direito, deixar de notificar ao funcionário, para lhe conceder o direito à ampla defesa, principalmente, quando existia redução de salários. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Jorge Setoguchi. Ele convidou a todos, para reunião do Conselho de Segurança – CONSEG, agendada para o dia seguinte, terça-feira, às 19 horas, no Restaurante Amadeu, localizado no Bairro Paraíso da Cachoeira. Novamente, na direção dos trabalhos, o Presidente Vereador Jorge Setoguchi facultou o uso da palavra ao Vereador Luís Roberto Tavares. Relatou, que o Vereador André e ele tinham visitado a cidade de Mauá, para conhecer o trabalho do BEA, daquela cidade; que, ao retornarem, para Mogi Mirim, eles tinham tomado conhecimento do incêndio, que tinha ocorrido, no antigo prédio do Posto de Saúde, na Avenida Santo Antônio, e que, ele ficara intrigado, conjecturava, como teria sido possível pegar fogo, por lá, que ele desejava explicações, logo, iria solicitar informações detalhadas, junto à Secretaria de Segurança, à Defesa Civil e aos Bombeiros, pois, pensava ele, que o fogo poderia ter afetado estruturas, todavia, desejava aguardar o laudo, dos Bombeiros, e estudá-lo, juntamente,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

com o pessoal do CEDOCH. Sobre outro assunto, frisou que, durante a semana, iria encaminhar aos pares ofício da Frente Parlamentar de Regularização de Loteamentos e Fomentação Habitacional, a fim de oficializar, estruturar a frente e agendar a data, para a primeira reunião, e relatou, que estivera reunido com representantes da associação de moradores do antigo loteamento Bulgarelli, atual Jardim Aero clube; que, no citado loteamento, os moradores tinham montado várias comissões, uma, para cada problema que enfrentavam, tais como, falta de água – Comissão para a Água, ou energia – Comissão de Energia, ou máquinas, melhorias internas etc.; que todos, no loteamento, participavam e algumas dúvidas, tinham chegado até ele, portanto, na Frente Parlamentar, seriam discutidas e resolvidas as dúvidas, junto com representantes da Secretaria Jurídica, Planejamento e da Habitação da prefeitura; que outro problema era o silêncio da administração, quanto às soluções dos problemas do Parque das Laranjeiras, porque a população do bairro estava esperando a prometida verba de vinte milhões de reais, mas, até o presente momento, só havia silêncio, quanto ao assunto, trazendo revolta aos moradores, e lembrou que, para que fosse regularizado o Parque das Laranjeiras, dever-se-ia dar solução, primeiramente, à invasão das APPs, que a prefeitura nada comunicava, sobre o assunto, nem aos moradores, tampouco aos vereadores, e que, esta seria a primeira cobrança a ser feita, pela Frente Parlamentar, junto à administração. O próximo orador foi o Vereador Marcos Antônio Franco. Ele versou acerca das pichações, que estavam ocorrendo, no patrimônio público da cidade, por exemplo, no prédio da antiga Caixa Econômica, no Espaço Cidadão e, mais recentemente, no chafariz da praça central. Perguntou, qual seria o prazer das pessoas, em pichar o patrimônio público, haja vista que os impostos eram deslocados, para cobrir tais “porcarias”, e os pichadores precisavam responder, criminalmente, e também, pagando multas. Depois, agradeceu ao proprietário do estabelecimento Aquarelas Tintas, porque ele tinha solicitado e o empresário havia doado latas de tinta, para que ele, vereador, repintasse o chafariz da praça central.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Na sequência, rebateu seus críticos, pessoas que falavam de sua pessoa e diziam, que ele tinha vínculos, com funcionários comissionados, secretários, encarregados e sublinhou, que sua era “um livro aberto”, que, se os comissionados fizessem um bom trabalho, ele viria à tribuna, para elogiar, e, da mesma forma, se os comissionados fizessem um mau trabalho, ele também viria à tribuna, para criticar, pois estava vereador, para fiscalizar. Ato contínuo, parabenizou à Secretária de Saúde, Rosa Ângela, empenhou seus respeitos ao encarregado Edmar, e o defendeu, dizendo, que “ele não estava administrando nada lá”, logo, se alguém tivesse qualquer reclamação, que viesse falar, com ele, vereador, porque ele não tinha “o rabo preso, com ninguém”, e pediu aos críticos, que fossem “homens” e viessem conversar, com ele, frente à frente, que ele tinha fiscalizado uma empresa terceirizada, da área da Saúde, para a qual eram gastos cinquenta e sete mil reais/mês, e, agora, depois de sua atuação, eram gastos vinte mil/mês, logo, 70% tinham sido economizados, e que, ele tinha registrado, com fotos, a placa de um micro-ônibus, sem quaisquer condições de transportar pacientes, e o responsável tinha ido reclamar dele, com a Secretária de Saúde, mas ele desvendara a mentira, e, aos críticos, convidava-os a conversar, pessoalmente. A próxima oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que desejou se posicionar sobre a colocação do Vereador Cristiano Gaioto, sobre a saída do secretário Roberto Oliveira. Aclarou, que tinha conversado com o ex-secretário, sobre sua exoneração, momentos atrás; que ela, publicamente, registrava que sentia muito, pela saída, desejava que ambos, tanto o secretário, quanto o Prefeito, pudessem reavaliar as suas posições, para que o senhor Roberto retornasse ao cargo; que ela acreditava o então secretário tivesse o respeito de todos os vereadores; que a situação financeira do município tinha se estabilizado, graças ao secretário; que o relacionamento, entre eles, havia se estreitado, depois de ter o secretário comparecido a todas as reuniões da Comissão de Finanças, que esta era sua posição pessoal, esperava não houvesse exoneração, e que, ela



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

acreditava que as coisas pudessem se acalmar e Mogi Mirim reaver seu Secretário de Finanças. O próximo orador foi o Vereador Moacir Genuario, que também comentou sobre a saída do Secretário de Finanças, Roberto Oliveira, o qual tinha deixado o governo, e disse, que o prefeito Carlos Nelson Bueno tinha “perdido um homem chave de seu governo”; que a competência do senhor Roberto Oliveira era muito grande; que o prefeito deveria reavaliar, pensar, porque estava perdendo um secretário, que sabia “remar, na hora certa”, que ele, orador, pessoalmente, tinha o senhor Roberto Oliveira, em elevado conceito, e que, a saída traria “estragos”, ao governo municipal. Depois, destacou, novamente, a verba que os vereadores da bancada do MDB tinham conquistado, em Brasília, objeto de vídeo, protagonizado pelo prefeito, nas redes sociais, em agradecimento, e sublinhou, que os vereadores do MDB agradeciam as palavras do prefeito, que eles não estavam, na Casa, para fazer oposição ferrenha, mas sim, para trabalhar para a população e para a cidade de Mogi Mirim, e que, os vereadores do MDB aguardavam a chegada da verba, destinada ao Parque das Laranjeiras. Pediu ainda, atenção e providências, para as estradas rurais e ruas, sem asfalto, tais como, as ruas do Parque das Laranjeiras, haja vista o período chuvoso, e solicitou, ao gestor da pasta, que cuidava das estradas rurais, mais ações prévias, para socorrer as vicinais municipais, porque Mogi Mirim tinha quase setecentos quilômetros de estradas rurais. Para concluir, citou versículo do Livro da Sabedoria, que dizia, “o homem, que se gaba de dívidas, que não fez, é como nuvens e ventos, que não trazem chuva”, e pediu aos pares, que meditassem a respeito da citação. O próximo orador foi o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. Ele prosseguiu, no assunto dos agrotóxicos, e explicou, que tinha se utilizado do termo “latifundiários”, um termo genérico, porque, atualmente, as empresas do ramo do agronegócio estavam comprando grandes extensões de terra, no Brasil, com a finalidade de produzir, gerar lucro tremendo, sem qualquer escrúpulo; que uma dessas empresas se chamava Monsanto, era uma das



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

maiores empresas do planeta, a produzir sementes transgênicas, possuía um laboratório imenso, nos EUA, outro, na Alemanha, e estava pouco preocupada, com os pesticidas, que eram colocados, na alimentação dos brasileiros, que, nos EUA, onde os agrotóxicos eram produzidos, muitos deles eram proibidos, mas, infelizmente, no Brasil, a classe política, em nível federal, estava pouco se importando, pois haveria embate muito grande e existiam as verbas, para as campanhas eleitorais, e muita coisa viria a ser “amarrada”, em função do projeto dos pesticidas, e que, o assunto era preocupante, pois se tratava do futuro das crianças. Depois salientou, que um preso, como era o caso de Lula, ser candidato, a presidente do país, só acontecia, no Brasil, “o país da lambança”. Versou ainda, sobre projeto de lei, de sua iniciativa, sobre a questão dos acidentes domésticos, e frisou, que o projeto era de suma importância à população de Mogi Mirim, pois projetava palestras a serem proferidas, nas escolas e nas entidades públicas, com treinamento aos profissionais; que muitos apontamentos de inconstitucionalidade tinham sido feitos à matéria, por parte das comissões, todavia, ele desejava registrar, que muitos projetos inconstitucionais tinham sido aprovados, na Câmara de Mogi Mirim; que ele estava modificando o projeto, objetivando remetê-lo, novamente, ao plenário, e anunciou, que não iria mais esperar, iria fazer uma movimentação sobre o assunto, por conta própria, chamaria seu agente publicitário, para elaborar uma cartilha, o que seria muito benéfico, pois o levaria ao “corpo-a-corpo”, que ele iria conversar, pessoalmente, com a população, formaria um grupo, para a divulgação da cartilha, na cidade toda, gastaria seu salário de vereador, na execução de tal ideia, com o intuito de informar a população, para que, num futuro próximo, ninguém mais, em Mogi Mirim, fosse vitimado, por picadas de escorpiões, ou cobras, ou por acidentes domésticos, e que, mesmo sem mandato, ele prosseguiria fazendo as obras, as quais sempre tinha feito, em Mogi Mirim. Como os próximos inscritos, Vereadores Samuel Nogueira Cavalcante e Sônia Regina Rodrigues, desistissem da palavra, ocupou lugar, na



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

tribuna, o Vereador Tiago César Costa. Ele comentou acerca do Requerimento nº 357/2018, de sua autoria, requerendo ao prefeito, que encaminhasse um relatório de todos os servidores públicos, os quais tinham sofrido o cancelamento da periculosidade, em seus vencimentos, constando cargo exercido, registro do servidor, valor da periculosidade e o motivo, pelo qual o mesmo fora cancelado. Afirmou, que concordava com as palavras do Vereador Gérson Rossi, que havia dito, que, algumas vezes, o governo municipal agia de forma atropelada, sem pensar, nos efeitos, retaliando direitos de servidores públicos, de qualquer forma; que, durante o recesso legislativo, ele e o assessor tinham visitado a oficina, para fiscalizar a situação dos veículos públicos, bem como, tinham visitado o setor da iluminação pública, para averiguar o material, que estava, por lá, porque “havia muito dinheiro, em caixa”, e era necessário “ficar, em cima”, para saber se o dinheiro estava sendo bem investido; que eles tinham sido recebidos, pelos funcionários, e todos estavam descontentes, com a retirada do adicional, fosse de insalubridade, fosse de periculosidade, e, assim sendo, ele propusera o requerimento, para obter informações, haja vista que não tinha sido dado direito aos servidores, de se defenderem, demonstrarem as condições de trabalho, pois, se os funcionários trabalhavam, em setores insalubres, ou perigosos, cabia-lhes o direito ao adicional, e que, se o secretário do prefeito, pessoa que já tinha tomado várias decisões polêmicas, sem pensar, nas consequências, não se retratasse, certamente, ficaria mais uma herança, a ser paga pelas futuras administrações, como fora o caso, da ação das férias dos servidores, um erro, cometido na antiga administração de Carlos Nelson Bueno, que ele mesmo, Carlos Nelson, estava pagando. Comentou ainda, visita, que tinha feito a UPA, e registrou problema sério, com o Raio X. Explicou, que a Santa Casa estava sem aparelho de Raio X, portanto, não havia atendimento à população, na Santa Casa, e os pacientes, da Santa Casa, estavam sendo direcionados e transportados a UPA 24 Horas, para efetuar exames, o que estava sobrecarregando a unidade, e ele, então, sugeria à



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Secretária de Saúde, que tivesse um “plano B”, a fim de que pudesse dar suporte aos exames. Destacou também, visita que ele tinha feito, na EE Dona Sinhazinha, e aclarou, que os Vereadores André, Moacir e ele, há alguns meses, tinham feito denúncia, no MP, sobre as precárias condições da escola; que o MP lhes havia solicitado um abaixo-assinado, dos pais de alunos, o qual tinha sido providenciado e entregue ao MP, com cerca de cinquenta assinaturas, e ele fora ver, então, se soluções tinham sido empregadas, durante as férias, e, pasmassem todos, tudo estava da mesma forma, salas, contendo goteiras, mofo, bolor, ferrugem, tudo “detonado”; que o dinheiro da educação era mal empregado e as crianças mogimirianas estavam estudando, sob péssimas condições, insalubres, que eles haviam encaminhado a situação ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente e que, ele esperava o Promotor Público, Dr. Rogério Filócomo, depois de cumpridas todas as providências solicitadas, tomasse atitude, pois se tratava de direito coletivo e existiam outras escolas, as quais estavam enfrentando o mesmo problema, e ele, orador, faria novas visitas, nas escolas da cidade, “porque alguma coisa, no município, precisava funcionar”. O próximo orador foi o Vereador André Albejante Mazon. Ele prosseguiu, dando continuidade ao assunto de funcionários municipais, os quais eram pagos, para fazer nada, porque a prefeitura não lhes dava estrutura, para fazerem algo, como era o caso da veterinária do BEA. Lembrou a situação do dentista do SESMET e sua auxiliar, que há meses estavam, em suas casas, porque a prefeitura não transportava uma cadeira, para atender aos pacientes, e afirmou, que o governo de Carlos Nelson estava uma “bagunça”. Citou os diversos momentos de “bagunça”, como tinha sido o caso da integração do transporte coletivo, momentos, em que o prefeito fazia e desfazia, sem saber o que estava fazendo. Recordou episódio da cesta básica do servidor, ocorrido, no início da atual gestão, quando o prefeito tinha baixado decreto e, depois, voltado atrás, na sua decisão, bem como, episódio da doação de área, para uma empresa, cujo projeto tinha sido apresentado, depois, retirado,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

depois ainda, reenviado, e, depois disso tudo, o prefeito ainda tinha aumentando a área doada à empresa, bem como, sublinhou a troca de secretariado e elencou: na saúde, tinha sido anunciada Lúcia Tenório, antes mesmo, da posse, para depois, anunciarem Elias Ajub, mas, posterior e efetivamente, o prefeito tinha colocado Rose Silva, e, atualmente, a gestora da pasta era Rosa Ângela, logo, em menos de dois anos de mandato, Mogi Mirim contava o quarto secretário de saúde. O vereador perguntou, então, como era possível dar andamento a um projeto, num setor tão delicado, diante de tantos revezamentos. Prosseguiu, elencando trocas, na Secretaria de Segurança: primeiramente, Dr. Tiago Toledo; também, na Secretaria de Transportes, com Fábio Mota; na Secretaria de Finanças, Roberto Oliveira, e, no Gabinete, Danilo Zinetti, todos exonerados. Lembrou, que a Secretaria Jurídica estava no terceiro secretário, desde a posse, pois tinham passado, por lá, Dr. Tiago Toledo, Dr. Marrichi Junior e, agora, estava secretária Dra. Adriana Tavares; que o Planejamento se iniciara, com Paula Zeferino, e a Secretaria de Obras, com Renata Furigo, e afirmou, que alguns desses gestores tinham pedido demissão, porque era difícil trabalhar, no atual governo, um governo, que não se entendia, internamente, um governo sem liderança, sem pulso firme do Prefeito, um governo de rotatividade, com funcionários que recebiam salário, para ficarem, em casa, ele não sabia, se por incompetência do prefeito, ou por corrupção, favorecimento de amigos, porque não existiam outras explicações. Falou, que este mesmo governo era muitas vezes defendido e apoiado, na Casa, pediu aos pares que “abrissem os olhos”, lutassem pela população, rogou que a Câmara se impusesse, para ser respeitada, e repudiou a demora, na resposta dos requerimentos. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo. Fez uma reflexão sobre uma fala do Prefeito, que havia dito à imprensa, que ele, prefeito, circulava trinta quilômetros, por dia, na cidade, e afirmou que esta era a “piada do ano; que, se assim fosse, pedia ao prefeito, que passasse pelas UBSs, as quais estavam caindo, aos pedaços, constatasse a falta de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

remédios, ou passasse, pelas escolas municipais, as quais estavam caindo, aos pedaços, e pelas ruas, repletas de buracos; que ele sugeria ao prefeito, circulasse, durante a noite, para ver quantas ruas escuras existiam, em Mogi Mirim; que era mentira o prefeito ter falado, que circulava trinta quilômetros, por dia, na cidade; que ele sugeria ao prefeito, circulasse, pelo Complexo Lavapés, a fim de constatar o cheiro do lago do Zerão, que era horroroso, tanto quanto o governo de Carlos Nelson Bueno; que ele sugeria ao prefeito, circulasse, no Parque das Laranjeiras, especialmente, em dias de chuva, caminhasse, pelas ruas, de terra, ou desse uma volta, num ônibus circular da empresa terceirizada, pagando a passagem, ao custo de R\$ 4,20, permanecendo, no ponto de ônibus, sob chuva; que a palavra “carinho” não constava do vocabulário de Carlos Nelson Bueno, pois ele não tinha amor pela cidade; que Carlos Nelson Bueno não valorizava os funcionários públicos, ele os detonava, retirava-lhes todos os direitos, sem consultar ninguém, porque era centralizador, não escutava a ninguém; que ele sugeria ao prefeito, circulasse pela região rural de Martim Francisco, que o prefeito “falava por falar”, e que, entre ele, orador, e o prefeito, “não havia barganha”. O próximo orador foi o Vereador Cristiano Gaioto. Ele retornou ao assunto do corte do adicional de insalubridade de funcionários de alguns setores da prefeitura e destacou, que o Vereador Marcos e ele já tinham conseguido uma agenda, para reunião, com o prefeito, no dia seguinte, para trato do assunto, que o prefeito tinha dado “sinal verde”, assim como, tinha feito com o caso dos motoristas, e que, eles acreditavam que teriam novidades sobre a situação, para anunciar, na próxima segunda-feira, fazendo jus para aquilo, que os funcionários executavam, como serviço. O Vereador Cristiano Gaioto comentou, novamente, sobre a saída do secretário Roberto Oliveira e aclarou, que, assim como a Vereadora Maria Helena, sentia-se triste, pela prefeitura ter perdido um profissional, como Roberto, e esperava que o secretário e o prefeito pudessem se entender, pois era a cidade, que perdia, e a cidade já tinha perdido muitos secretários bons. Também



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

concordou, com as palavras do Vereador Gérson, de que havia atropelo, em atos da administração, parecia-lhe que o pessoal, na ânsia de acertar, de mostrar serviço, ao prefeito, de fazer economia financeira, acabava causando prejuízo, sem contar, que tais atos vinham, em desencontro a um serviço público de qualidade, e que, dever-se-ia valorizar o funcionalismo, caso contrário o serviço não caminhava, o serviço emperrava, e, justamente, era o que ele acreditava estivesse ocorrendo, em algumas secretarias, e os gestores, de “olhos vendados”, não estavam observando. Ele, enquanto vereador, estava alertando o prefeito, pois era sua função também, um assessoramento ao Poder Executivo, algo de suma importância, e, quando as ações eram tomadas, em união, sempre davam certo, sem alarde, prosperavam, como tinha sido o caso dos motoristas da Secretaria da Saúde e o adicional de insalubridade, bem como, as ações, no Parque das Laranjeiras, e, para encerrar, pediu aos pares mais união, que fossem companheiros todos, uns dos outros. O último orador, Vereador Geraldo Bertanha, desistiu da palavra. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento dos senhores *Benedito Aparecido Tozzini, João Moreira de Oliveira, Raymundo Machado Dias, Yolanda Pissinatti Guardia, Jose Antônio Granziera, Maria Carolina Truzzi Albani Lovo, Maria Antônia Manara Bittar, Nancy Alves da Silva, servidor municipal Osvaldo Garcia, José Afonso Cotrin e Benedito Geraldo Aio*, falecidos, recentemente. Cumprida dita providência e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador Jorge Setoguchi, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h19, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM